



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2014**

**CONTRATO N.º 21 /2015 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIVERSIDADE DA  
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA -  
UNILAB, E A EMPRESA MARACANAS  
VIAGENS E TURISMO LTDA – ME NA  
FORMA ABAIXO:**

A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB, situada na cidade de Redenção-CE, na Av. da Abolição, n.º 3, CEP: 62.790-000, Bairro: Centro, *Campus* Universitário da Liberdade, inscrita no CNPJ n.º. 12.397.930/0001-00, representada pelo seu Reitor, TOMAZ AROLD DO MOTA SANTOS, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa MARACANAS VIAGENS E TURISMO LTDA – ME, situada na Rua 14, n.º 441, Bairro: Jereissati I, CEP: 61.900-250, Maracanaú/CE, CNPJ: 06.133.408/0001-18 neste ato representada pelo Sr.(a) CARLOS EDUARDO SOUZA DA SILVA RABELO, portador(a) da Cédula de Identidade n.º 96018006129, expedida pela SSP/CE e CPF n.º 848.282.503-87, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRONICO SRP N.º 27/2014**, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 23282.001480/2014-16**, e em observância ao disposto nos termos da pela Lei n.º 10.520, 17 de julho de 2002, pelo Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pela Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor; pelo Decreto n.º 3.722, de 09 de janeiro de 2001; pelo Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005; pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto n.º 6.204, de 05 de setembro de 2007; pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 30 de abril de 2008, pela Instrução Normativa **SLTI/MPOG** n.º 02, de 11 de outubro de 2010; ; pela Portaria SLTI n.º 02, de 08 de abril de 2009, e suas alterações; Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e pelas demais exigências do edital e seus anexos; resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

*[Assinatura manuscrita]*

Página 1 de 16

*[Assinatura manuscrita]*

	<b>CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS</b> 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS – Código CNJ 06.870-0 Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 50030-000 - Tel.: (33) 3244-5404 - Fax: (33) 3244-5404
<b>Autenticação Digital</b> De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé	
<b>Cód. Autenticação: 12710601171655290913-1; Data: 06/01/2017 16:56:01</b>	
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AEM80300-9QSI; Valor Total do Ato: R\$ 4,12 Confira os dados do ato em: <a href="https://selodigital.tjpb.jus.br">https://selodigital.tjpb.jus.br</a>	
	Bel. Valber de Miranda Cavalcanti Titular



## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Contratação de empresa responsável pela alocação de serviços de hospedagem em Hotel ou pousada, classificados como 3 (três) ou 4 (quatro) estrelas, conforme Portaria Ministerial MTur Nº 100/2011, a serem prestados na Região do Maciço de Baturité no Estado do Ceará para atender as demandas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, conforme especificações e estimativas de consumo, condições e exigências constantes no Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

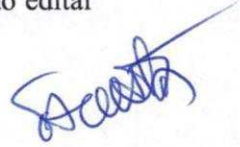
## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2. Este contrato guarda consonância com as normas contidas na Lei n.º 8.666/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 27/2014** e seus Anexos, ao Termo de Referência, à Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos que compõem o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3. São obrigações da CONTRATANTE, além das resultantes da observância da Lei n.º 8666/93 e suas alterações:

- a) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA envolvidos no desempenho dos serviços, sempre que se fizer necessário, desde que estejam devidamente credenciados e portando crachás de identificação;
- b) comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na execução dos serviços;
- c) impedir que terceiros forneçam os serviços objeto do Termo de Referência;
- d) prestar, em tempo hábil, as informações que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
- e) verificar, no momento da prestação dos serviços pela licitante vencedora, a conformidade quanto às qualidades e quanto às ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS e constantes no Termo de Referência;
- f) notificar por escrito a CONTRATADA na ocorrência de imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- g) atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente;
- h) supervisionar a prestação do objeto do Termo de Referência, exigindo presteza na prestação e correção das falhas eventualmente detectadas;
- i) efetuar os pagamentos devidos à contratada no prazo e condições estabelecidos no edital, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste contrato, do edital e seus anexos;





- j) designar representante com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados;
- k) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor legalmente habilitado, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93, exigindo seu fiel cumprimento;
- l) responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados;
- m) exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos da proposta apresentada e de acordo com suas cláusulas contratuais;
- n) assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com os preços aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços objeto deste projeto, de forma a garantir que continuem a serem os mais vantajosos para a UNILAB;
- o) verificar regularidade dos encargos sociais antes do pagamento;
- p) comunicar às autoridades, irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

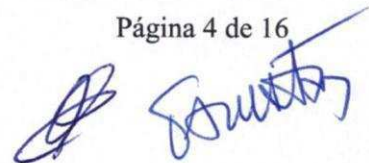
4. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízos das demais obrigações e responsabilidades insertas no Edital, no Termo de Referência e demais anexos:

- a) tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento do objeto desta licitação;
- b) promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- c) executar o serviço licitado, observando rigorosamente o estabelecido nas normas da ANVISA, mantendo, durante o período de vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, no Termo de Referência e no Contrato;
- d) executar o fornecimento do serviço dentro das ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS e constantes neste Contrato, no Edital, no Termo de Referência e demais anexos;
- e) Executar os serviços constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital) nos endereços especificados no subitem 5 do Edital do Pregão Eletrônico 27/2014 nas quantidades e dentro do prazo determinado, sendo que o transporte até o local determinado para entrega será sem ônus para a CONTRATANTE;
- f) efetuar uma aplicação geral a cada 03 (três) meses, com a averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço quando necessário;
- g) apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência do produtos utilizados para a execução do serviço;
- h) comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente referente à execução do serviço e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- i) fornecer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a indicação de seus empregados que executarão os serviços contendo nome completo e número da carteira de identidade para o devido acesso às dependências da UNILAB;





- j) providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da UNILAB;
- k) atender às solicitações feitas pelo Departamento responsável no prazo máximo de 72 horas, contados do recebimento da nota de empenho;
- l) levar imediatamente ao conhecimento da fiscalização da CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para adoção das medidas cabíveis, bem como comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- m) respeitar normas e procedimentos de controle e de acesso às dependências da CONTRATANTE;
- n) indicar preposto da empresa, visando os contatos de serviço com o representante do Departamento de Administração, durante a execução dos serviços;
- o) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no § 1º, do art. 65, da Lei n.º 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual;
- p) reparar, corrigir, refazer ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços objeto do contrato, nos quais forem verificadas imperfeições, vícios, negligências ou imperícias resultantes da execução dos trabalhos ou aplicação dos serviços, a critério do executor, que lhe assinará prazo máximo de 48 horas para a adoção das providências ou conclusão dos reparos a realizar;
- q) prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- r) recrutar em seu nome e sob sua inteira exclusiva responsabilidade, sem qualquer vínculo com a CONTRATANTE, os empregados necessários à perfeita execução do serviço objeto do Contrato e utilizar na execução desses serviços exclusivamente empregados seus;
- s) manter seus empregados, quando em serviço, devidamente identificados e uniformizados, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da UNILAB;
- t) arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;
- u) responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da UNILAB em decorrência de ação ou de omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
- v) arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários nas dependências da CONTRATANTE;
- w) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época





própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

x) assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho e nos horários da prestação dos serviços, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

y) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados ao fornecimento do objeto do Pregão Eletrônico XXX/2014, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

aa) assumir a responsabilidade por todo e quaisquer tributos, encargos fiscais, contribuições sociais e encargos comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;

ab) responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e à higiene do trabalho, bem como à Legislação correlata em vigor a ser exigida;

ac) responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a execução do serviço.

ad) responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela CONTRATANTE;

## CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

5. A assinatura do Contrato deverá ser efetivada no **prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da Nota de Empenho, sem prejuízo das obrigações constantes nas demais cláusulas deste contrato, do edital e demais anexos, observadas as orientações da CONTRATANTE para execução dos serviços.

5.1. Na execução dos serviços deverão ser observadas as especificações técnicas e demais orientações descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

5.2. efetuar uma aplicação geral a cada 03 (três) meses, com a averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço quando necessário

5.3. Deverá constar na Nota Fiscal o(s) número(s) do(s) Item(ns) dos serviços que estão sendo executados.

5.4. A CONTRATADA deverá executar fielmente o objeto de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização.

5.5. Recebimento Provisório:

5.5.1. Após o recebimento da solicitação do serviço e da Nota de Empenho, a contratada terá o prazo máximo de 3(três) dias úteis para realizar o serviço demandado;





**5.5.1.1.** A não execução do que fora estabelecido na nota de empenho sujeitará o fornecedor às sanções previstas neste Edital.

**5.5.1.2.** Atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos, sem justificativa apresentada por escrito pela CONTRATADA e aceita por esta Universidade, caracterizarão a inexecução da Ata de Registro de Preços do objeto, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das penalidades previstas no presente Edital e anexos.

**5.5.1.3.** Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar à Unilab solicitação de prorrogação de prazo para a execução dos serviços, da qual deverão constar o motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para execução.

**5.5.1.4.** A comprovação de que trata a cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

**5.5.1.5.** A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela UNILAB na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

**5.5.1.6.** Em caso de denegação da prorrogação do prazo para execução dos serviços, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega.

**5.5.2.** A CONTRATADA deverá executar fielmente o objeto de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização.

**5.5.3.** Na execução dos serviços, deverão ser observadas as especificações técnicas e demais orientações/obrigações descritas no edital, no Termo de Referência e demais anexos.

**5.5.4.** A CONTRATANTE, por meio de servidor especialmente designado limitar-se-á a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar nesta, a data de recebimento e, se for o caso, as irregularidades observadas.

## **5.6. Recebimento Definitivo:**

**5.6.1.** no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do serviço demandado, o setor responsável pela solicitação em conjunto com a procederão ao recebimento definitivo, verificando a qualidade do serviço executado, em conformidade com o exigido no Edital e demais anexos e com o constante na respectiva proposta de preços da licitante vencedora;

**5.6.2.** quando considerado que, após as devidas verificações referidas no subitem acima, o serviço foi prestado de modo satisfatório, o fiscal do contrato atestará a efetivação da realização do serviço na Nota Fiscal e a encaminhará para pagamento;

**5.6.3.** Caso, após as referidas verificações, seja considerado que o serviço foi prestado de modo insatisfatório, será lavrado Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades verificadas, devendo ser retificado, no prazo de até 48 (quarenta e





oito) horas contadas da comunicação formal desta Administração, o serviço rejeitado para fins de novas verificações;

**5.6.3.1.** Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo serviço também seja rejeitado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das penalidades cabíveis previstas neste Contrato, no Edital e demais anexos;

**5.6.3.2.** Os custos de execução do serviço solicitado, bem como a substituição deste, nos casos de incorreção, correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA.

## CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

**6.1.** Poderá ser exigida da licitante vencedora, **no ato da assinatura do termo contratual**, prestação de garantia em favor da CONTRATANTE, correspondente a **2% (cinco por cento) do valor total do contrato**, numa das seguintes modalidades, conforme opção da CONTRATADA:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

**6.2.** Para a garantia do contrato, caso a CONTRATADA opte por apresentar títulos da dívida pública, os mesmos deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da Lei n.º 10.179, de 06 de fevereiro de 2001.

**6.3.** Caso a CONTRATADA opte pela caução em dinheiro, deverá providenciar o depósito junto ao Banco do Brasil, nominal à UNILAB, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

**6.4.** A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

a) A autorização contida nesta subcláusula é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

**6.5.** A CONTRATADA obriga-se a repor, no **prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE.

**6.6.** A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**6.7.** A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, **no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão**, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente **após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação**.



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to a representative of the contracting party, is written over the page number.



**6.8.** Caso a CONTRATADA não efetive o cumprimento dessas obrigações até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02/2008.

**6.9.** A devolução da garantia ficará condicionada à comprovação pela CONTRATADA, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

**a)** A devolução da garantia contratual pressupõe, por sua essência, a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, e também envolve, por certo, a quitação dos encargos de índole trabalhista advindas da execução do contrato. Assim, mostra-se justo e coerente condicionar a devolução da garantia contratual face à prova de quitação de todas as verbas trabalhistas.

**6.10.** Caso ocorra a prorrogação da vigência do contrato, observadas as disposições constantes no art. 57, da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

Pelos serviços executados, a CONTRATANTE pagará o preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, salvo caso fortuito e força maior.


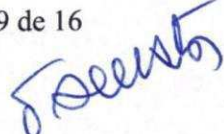
LOTE 1: MACIÇO DE BATURITÉ - CEARÁ					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT ANUAL	UND	V. UNIT (R\$)	VALOR TOTAL
1	<b>Apartamento Duplo</b> <b>Descrição:</b> Diárias em Hotel ou Pousada, em cidades da região do Maciço de Baturité; Contendo ar-condicionado, televisão, cama, banheiro privativo; Incluindo café da manhã de segunda-feira a sexta-feira.	1459	DIÁRIA	R\$ 90,00	R\$ 131.310,00
2	<b>Apartamento Triplo</b> <b>Descrição:</b> Diárias em Hotel ou Pousada, em cidades da região do Maciço de Baturité; Contendo ar-condicionado, televisão, cama, banheiro privativo; Incluindo café da manhã de segunda-feira a sexta-feira.	1946	DIÁRIA	R\$ 102,00	R\$ 198.492,00



*[Handwritten signature]*



3	<b>Apartamento Quádruplo</b> <b>Descrição:</b> Diárias em Hotel ou Pousada, em cidades da região do Maciço de Baturité; Contendo ar-condicionado, televisão, cama, banheiro privativo; Incluindo café da manhã de segunda-feira a sexta-feira.	5107	DIÁRIA	R\$ 135,00	R\$ 689.445,00
4	<b>Apartamento Duplo</b> <b>Descrição:</b> Diárias em Hotel ou Pousada, em cidades da região do Maciço de Baturité; Contendo ar-condicionado, televisão, cama, banheiro privativo; Incluindo café da manhã e jantar aos sábados.	274	DIÁRIA	R\$ 110,00	R\$ 30.140,00
5	<b>Apartamento Triplo</b> <b>Descrição:</b> Diárias em Hotel ou Pousada, em cidades da região do Maciço de Baturité; Contendo ar-condicionado, televisão, cama, banheiro privativo; Incluindo café da manhã e jantar aos sábados.	365	DIÁRIA	R\$ 130,00	R\$ 47.450,00
6	<b>Apartamento Quádruplo</b> <b>Descrição:</b> Diárias em Hotel ou Pousada, em cidades da região do Maciço de Baturité; Contendo ar-condicionado, televisão, cama, banheiro privativo; Incluindo café da manhã e jantar aos sábados.	958	DIÁRIA	R\$ 165,00	R\$ 158.070,00
7	<b>Apartamento Duplo</b> <b>Descrição:</b> Diárias em Hotel ou Pousada, em cidades da região do Maciço de Baturité; Contendo ar-condicionado, televisão, cama, banheiro privativo; Incluindo café da manhã, almoço e jantar aos domingos e feriados na cidade sede.	319	DIÁRIA	R\$ 130,00	R\$ 41.470,00



8	<b>Apartamento Triplo</b> <b>Descrição:</b> Diárias em Hotel ou Pousada, em cidades da região do Maciço de Baturité; Contendo ar-condicionado, televisão, cama, banheiro privativo; Incluindo café da manhã, almoço e jantar aos domingos e feriados na cidade sede.	426	DIÁRIA	R\$ 179,00	R\$ 76.254,00
9	<b>Apartamento Quádruplo</b> <b>Descrição:</b> Diárias em Hotel ou Pousada, em cidades da região do Maciço de Baturité; Contendo ar-condicionado, televisão, cama, banheiro privativo; Incluindo café da manhã, almoço e jantar aos domingos e feriados na cidade sede.	1117	DIÁRIA	R\$ 201,00	R\$ 224.517,00
<b>TOTAL VALOR ESTIMADO:</b>					<b>R\$ 1.597.148,00</b>

7.1. Os preços ajustados já levam em conta todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8. As despesas decorrentes da presente contratação, pela UNILAB, serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2015, na classificação PTRES: 088862; Elementos de Despesa: 339039; Fonte: 0112.

## CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9. A CONTRATANTE efetuará o pagamento mensalmente à CONTRATADA, **até o 10º (décimo) dia útil**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, **compreendida nesse período a fase de ateste da mesma** - a qual conterà o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato – em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela UNILAB.

9.1. A CONTRATADA deverá encaminhar à UNILAB, **quando da execução dos serviços**, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.



*[Handwritten signature]*



9.2. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, CNPJ n.º 12.397.930/0001-00.

9.3. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.4. A efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições habilitatórias exigidas no presente Edital.

9.5. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.6. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Tesouro Nacional e no caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

**AF** = atualização financeira;

**IPCA** = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

**N** = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

**VP** = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

9.7. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado



A handwritten signature in blue ink, likely of the official responsible for the document.



nos termos do §1º do artigo 57, da Lei nº 8.666 de 1993, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

**10.2.** Após o recebimento da **solicitação formal** da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, no prazo acordado neste contrato, realizar o serviço, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir tal compromisso.

**10.3.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**10.4.** Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

**10.5.** O contrato não poderá ser prorrogado quando:

a) a Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos;

a.1) Para tanto, a Contratante consultará o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), em nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

b) a CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) a CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

d) a prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização do objeto do Contrato serão exercidos por meio de um representante e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução/o fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

**11.1.** Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.



*[Handwritten signature]*



**11.2.** Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao serviço contratado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

**11.3.** A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

**11.4.** Os serviços, objeto deste contrato, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa dos mesmos, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

**11.5.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei n.º. 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.** Se, na execução do objeto do presente Contrato, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei n.º 8.666/93 e das penalidades previstas no art. 28, do Decreto n.º 5.450/2005, poderá sofrer as seguintes penalidades ou sanções:

**a)** advertência por escrito;

**b)** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 28, do Decreto n.º 5.450/2005, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em celebrar o contrato, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

**c)** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao descumprimento de qualquer obrigação prevista no Termo de Referência ou neste contrato, **ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas**;

**d)** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

**e)** pelo atraso injustificado para o **início da execução do objeto**, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, **até o limite do valor total da contratação**, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a rescisão unilateral do contrato;

*[Assinatura]*





**12.1.** A sanção prevista na alínea “a” poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades, assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, no respectivo processo, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis.**

**12.2.** As sanções previstas neste instrumento de contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**12.3.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**12.4.** Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATANTE continuará efetivando os descontos nos pedidos subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

**12.5.** Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação do serviço advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

**12.6.** A atuação da CONTRATADA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, conforme determina o § 2º, do art. 36, da Lei n.º 8.666/1993.

**12.7.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n.º 8.666/1993, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

**12.8.** A multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

**12.9.** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**12.10.** As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**12.11.** Não será aplicada multa se, **justificada e comprovadamente**, o atraso na execução dos serviços advier de caso fortuito ou de força maior.

**12.12.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**13.** Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei n.º 8.666/1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**14.** Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'F. Azevêdo', is written over the page number.



## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

Conforme o disposto no Inciso IX, do art. 55, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

**15.1.** A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78, da Lei nº 8.666/93, ensejará a rescisão do presente Contrato.

**15.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**15.3.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**15.4.** A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos Incisos I a XI do art. 78, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas no art. 87 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

**15.5.** Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a **CONTRATANTE** contratar junto às licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou efetuar nova Licitação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

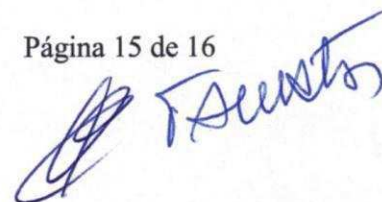
Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.



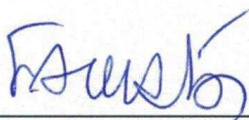


## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza/CE.

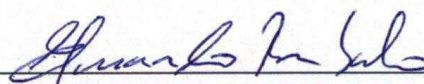
E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Redenção, 30 de novembro de 2015.



TOMAZ AROLD DA MOTA  
SANTOS

Representante de CONTRATANTE



CARLOS EDUARDO SOUZA DA  
SILVA RABELO

Representante da CONTRATADA

